

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DAS ESPÉCIES SUBORDINADA E COM  
GARANTIA FLUTUANTE, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE  
COLOCAÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.**

**ENTRE**

**CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.,**

*na qualidade de Emissora,*

**E**

**BANCO PAULISTA S.A.,**

*na qualidade de Agente Fiduciário*

**27 DE OUTUBRO DE 2010**

Four handwritten signatures in black ink, likely representing the legal representatives of the Issuer and the Trust Agent, signed on the date of the instrument.

2

2.1.1 *Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias*

2.1.1.1 As atas da RCA e da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima serão protocolizadas para arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), em 28 de outubro de 2010 e serão publicadas, no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e (ii) no jornal O Vale, nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações, tão logo sejam arquivadas.

2.1.2 *Arquivamento da Escritura*

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser arquivados na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.3 *Registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")*

2.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM e na ANBIMA, nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

**3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

**3.1 Objeto Social da Emissora**

3.1.1 A Emissora tem por objeto social exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da RODOVIA BR-116/RJ/SP, Trecho Rio de Janeiro – São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, incluindo a operação da rodovia com cobrança de pedágio, exploração do espaço aéreo para fins de publicidade, recuperação, monitoração, melhoramento, manutenção e conservação da rodovia

**3.2 Número da Emissão**

3.2.1 Esta é a 2ª (segunda) emissão pública de debêntures da Emissora.

**3.3 Número de Séries**



3.3.1 A Emissão será realizada em duas séries, conforme descrito na Cláusula 4.1.3 abaixo.

### 3.4 Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da emissão será de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

### 3.5 Quantidade de Debêntures

3.5.1 Serão emitidas 500 (quinhentas) debêntures, sendo 300 (trezentas) debêntures da 1ª série ("Debêntures da 1ª Série") e 200 (duzentas) debêntures da 2ª série ("Debêntures da 2ª Série") e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série "Debêntures").

### 3.6 Banco Mandatário e Escriturador

3.6.1 O Itaú Unibanco S.A. será o banco mandatário e a Itaú Corretora de Valores S.A. será a instituição escrituradora das Debêntures ("Banco Mandatário" e "Instituição Escrituradora", respectivamente).

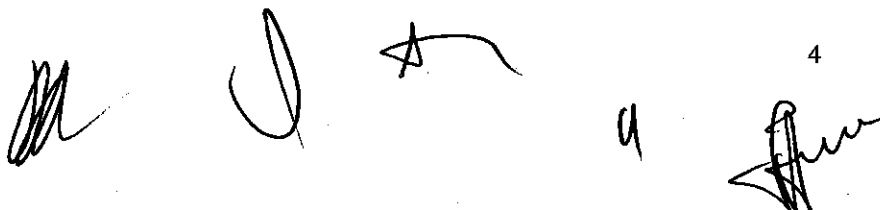
### 3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1 Os recursos captados por meio da presente Emissão serão destinados ao pagamento de financiamento existente e financiamento de investimentos da Emissora.

### 3.8 Registro para Distribuição e Negociação

3.8.1 As Debêntures serão registradas para (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 3.8.2 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.8.2 As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476. Somente Investidores Qualificados, observado o

 4

disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, nos termos da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 15 da Instrução CVM 476.

### 3.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, com intermediação do BB-Banco de Investimentos S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e destinadas exclusivamente à procura de no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, e subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o artigo 3º da Instrução CVM 476.

3.9.2 As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

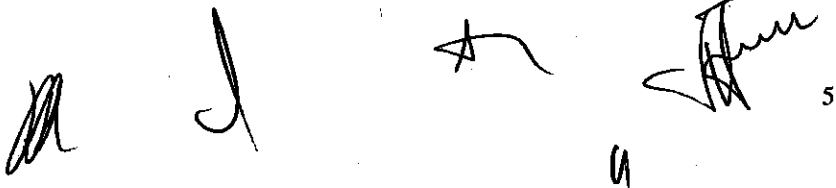
3.9.3. As Debêntures da 2ª Série não poderão ser colocadas antes de colocadas todas as Debêntures da 1ª Série, ou cancelado o saldo não colocado, observado o parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

### 3.10 Limite da Emissão

3.10.1 O volume da Emissão correspondente às Debêntures da 1ª Série atende aos limites estabelecidos na alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista que o volume da Emissão correspondente às Debêntures da 1ª Série não ultrapassa 70% (setenta por cento) do valor contábil do ativo da Emissora diminuído do montante das suas dívidas garantidas por direitos reais, conforme evidenciado abaixo:

Em 30 de junho de 2010		
Valor Contábil dos Ativos da Emissora	Montante Garantido por Direitos Reais	Valor Limite para Emissão de Debêntures com Garantia Flutuante <sup>(1)</sup>
R\$924.727 mil	R\$1.567 mil	R\$645.742 mil

<sup>(1)</sup> Nos termos do artigo 60, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações

 5

3.10.2 A Companhia neste ato declara que, desde 30 de junho de 2010, não houve mudanças relevantes no valor contábil de seus ativos, nem no montante garantido por direitos reais que possam impactar o valor limite para a Emissão, conforme o disposto na tabela da Cláusula 3.10.1 acima.

3.10.3 As limitações previstas no artigo 60, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações não se aplicam às Debêntures da 2ª Série, tendo em vista que são da espécie subordinada.

#### **4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

##### **4.1. Características Básicas**

###### **4.1.1 Valor Nominal Unitário**

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

###### **4.1.2 Quantidade de Debêntures**

4.1.2.1 Serão emitidas 500 (quinhentas) Debêntures, sendo 300 (trezentas) Debêntures da 1ª Série e 200 (duzentas) Debêntures da 2ª Série.

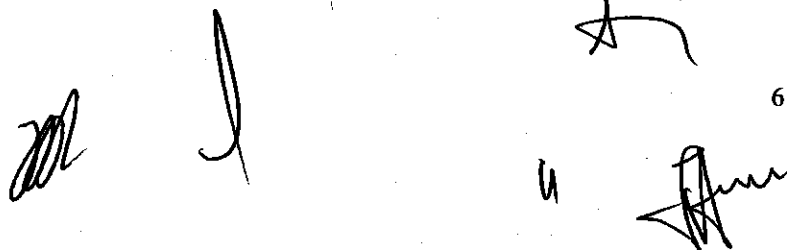
4.1.2.2 Fica desde já certo e ajustado que (i) a garantia firme prestada pelo Coordenador Líder sujeita-se tão somente ao valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), referente às Debêntures da 1ª Série, e que (ii) a garantia firme prestada pelo Coordenador sujeita-se tão somente ao valor de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), referente às Debêntures da 2ª Série, de forma que, no caso de exercício da garantia firme, cada um dos Coordenadores exercerá a garantia firme apenas com relação a sua respectiva série, conforme indicado acima.

###### **4.1.3 Número de Séries**

4.1.3.1 A Emissão será realizada em duas séries, sendo as Debêntures da 1ª Série da espécie com garantia flutuante e as Debêntures da 2ª Série da espécie subordinada.

###### **4.1.4 Data de Emissão**

4.1.4.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 28 de outubro de 2010 ("Data de Emissão").



#### 4.1.5 *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.5.1 O vencimento final das Debêntures de ambas as séries ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 28 de outubro de 2015 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida (conforme definida abaixo), calculada na forma prevista nesta Escritura.

#### 4.1.6 *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.6.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados representativos das Debêntures.

#### 4.1.7 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.7.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Escrituradora. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato em nome do debenturista, emitido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND.

#### 4.1.8 *Convertibilidade*

4.1.8.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

#### 4.1.9 *Espécie*

4.1.9.1 As Debêntures da 1ª Série serão da espécie com garantia flutuante e as Debêntures da 2ª Série serão da espécie subordinada, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

### 4.2 *Subscrição*

#### 4.2.1 *Prazo de Subscrição*

4.2.1.1 As Debêntures serão subscritas em uma única data a qualquer tempo, no prazo de 90 (noventa) dias após a Data de Emissão ("Data de Subscrição").



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large stylized 'J' and a signature with the number '7'.

4.2.2 **Preço de Subscrição**

4.2.2.1 As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário.

4.3 **Integralização e Forma de Pagamento**

4.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição.

4.4 **Atualização do Valor Nominal**

4.4.1 Não haverá atualização do Valor Nominal das Debêntures.

4.5 **Remuneração**





4.5.1 **Remuneração da 1ª Série**

4.5.1.1 As Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada do percentual de 110,50% (cento e dez inteiros e cinquenta centésimos) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, sobre as taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Subscrição ou da data do pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva Data de Vencimento ("Remuneração da 1ª Série").

4.5.2 **Remuneração da 2ª Série**

4.5.2.1 As Debêntures da 2ª Série farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada do percentual de 112,50% (cento e doze inteiros e cinquenta centésimos) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, sobre as taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Subscrição ou da data do pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva Data de Vencimento ("Remuneração da 2ª Série" e, em conjunto com a Remuneração da 1ª Série, "Remuneração").

4.5.3 **Cálculo e Forma de Pagamento da Remuneração**

    8



4.5.3.1 A Remuneração das Debêntures de ambas as séries serão pagas semestralmente, a partir do dia 28 de outubro de 2011, inclusive, até a Data de Vencimento das Debêntures.

4.5.3.2 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VN_e \times (Fator DI - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

VNe = Valor Nominal Unitário ou seu respectivo saldo, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI = produtório das Taxas DI – Over com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

k = Número de ordem da Taxa DI – Over, variando de 1 (um) até n.

n = Número total de Taxas DI – Over, sendo “n” um número inteiro.

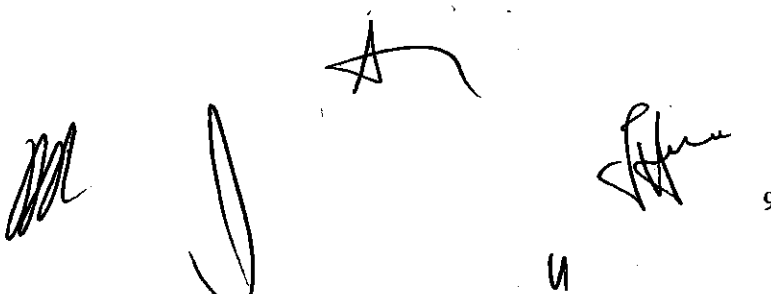
p = percentual de (i) 110,50% aplicado sobre a Taxa DI – Over, informado com duas casas decimais, para fins de cálculo da Remuneração da 1ª Série; ou (ii) 112,50% aplicado sobre a Taxa DI, informado com duas casas decimais, para fins de cálculo da Remuneração da 2ª Série.

TDI<sub>k</sub> - Taxa DI – Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI<sub>k</sub> = Taxa DI – Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.



O fator resultante da expressão  $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100}\right)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100}\right)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.5.3.3 Para fins da Emissão, "Período de Capitalização" significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.5.3.4 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos titulares das Debêntures, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.3.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura) ("Assembleia Geral de Debenturistas"), para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

4.5.3.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.




4.5.3.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os titulares das Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida dentre:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo do Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), se for o caso, e conseqüente cancelamento, calculado *pro rata temporis*, a partir da data de subscrição e integralização ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida; ou
- (ii) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures e a amortização prevista nesta Escritura. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida por titulares das Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme estabelecido na Cláusula 8.8 desta Escritura, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI. Caso a Emissora não aprove a taxa de remuneração substituta nos termos deste item (ii) aplicar-se-ão o procedimentos previstos no item (i) acima

#### 4.6 Repactuação

4.6.1 Não haverá repactuação das Debêntures.



## 4.7 Amortização

4.7.1 O Valor Nominal das Debêntures de ambas as séries será amortizado pela Emissora em 7 (sete) parcelas semestrais e consecutivas, sendo certo que a 1ª (primeira) parcela do principal será paga no dia 28 de outubro de 2012 e nas datas e proporções indicadas a seguir, sendo cada uma das datas uma data de amortização ("Data de Amortização"), salvo possibilidade de resgate antecipado facultativo total, conforme definido na Cláusula 5.2 desta Escritura abaixo:

Parcela	Data de Amortização	Valor Nominal
1ª	28/10/2012	14,2800
2ª	28/04/2013	14,2800
3ª	28/10/2013	14,2800
4ª	28/04/2014	14,2800
5ª	28/10/2014	14,2800
6ª	28/04/2015	14,2800
7ª	28/10/2015	14,3200

4.7.2 Não obstante o disposto na Cláusula 4.7.1 acima, a Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, amortização extraordinária parcial do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária").

4.7.3 A Amortização Extraordinária deverá ser precedida de notificação por escrito ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis à realização do pagamento da Amortização Extraordinária ("Notificação da Amortização Extraordinária") e limitada em 95% (noventa por cento) do Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal. O Agente Fiduciário e a Emissora deverão comunicar a CETIP da realização de Amortização Extraordinária com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Extraordinária.

4.7.4 O valor da amortização devida pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal a ser amortizado acrescido da Remuneração correspondente e demais encargos devidos e não pagos até a data de Amortização Extraordinária ("Valor da Amortização Extraordinária").

4.7.5 A Notificação da Amortização Extraordinária deverá conter: (i) a data para o pagamento da Amortização Extraordinária; e (ii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data para o pagamento da Amortização Extraordinária. Ao Valor da Amortização Extraordinária será acrescido um prêmio incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária calculado conforme a seguir:

Período	Prêmio
Entre o 1º e o 12º mês	0,8%
Entre o 13º e o 24º mês	0,6%

Entre o 25° e o 36° mês	0,4%
Entre o 37° e o 48° mês	0,2%
Entre o 49° e o 60° mês	-

4.7.6 O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado de acordo com os procedimentos previstos nesta Cláusula, na data indicada na Notificação da Amortização Extraordinária, e deverá abranger todas as Debêntures em circulação, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND.

4.7.7 No caso de Amortização Extraordinária, o percentual do Valor Nominal das Debêntures a ser amortizado nas Datas de Amortização seguintes serão ajustados para refletir o pagamento do Valor da Amortização Extraordinária, devendo neste caso, ser objeto de aditamento a presente Escritura de Emissão.

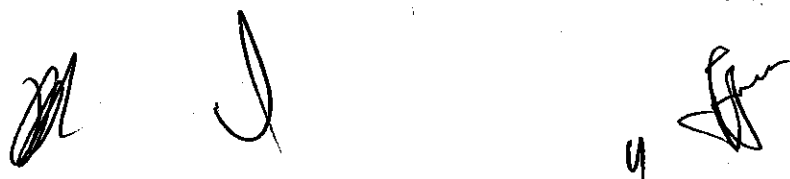
4.7.8 Caso haja Amortização Extraordinária nos termos da Cláusula 4.7.2 acima, ficam a Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar aditamento a esta Escritura para alterar os percentuais da amortização estabelecidas na Cláusula 4.7.1 acima, sendo certo que tal aditamento não dependerá de prévia autorização dos Debenturistas. A celebração do aditamento deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data do envio, pela Emissora, da notificação ao Agente Fiduciário mencionada na Cláusula 4.7.3 acima, sendo certo que uma cópia do referido aditamento protocolado perante a JUCESP deverá ser encaminhada à CETIP, pela Emissora.

4.7.9 Os valores relativos ao Prêmio da Amortização Extraordinária serão devidos aos respectivos titulares das Debêntures, e serão pagos simultaneamente ao pagamento da Amortização Extraordinária.

#### 4.8 Condições de Pagamento

##### 4.8.1 *Local de Pagamento e Imunidade Tributária*

4.8.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND, (a) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário, ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.



4.8.1.2 Caso qualquer titular das Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Instituição Escriuturadora, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

#### 4.8.2 *Prorrogação dos Prazos*

4.8.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

#### 4.8.3 *Encargos Moratórios*

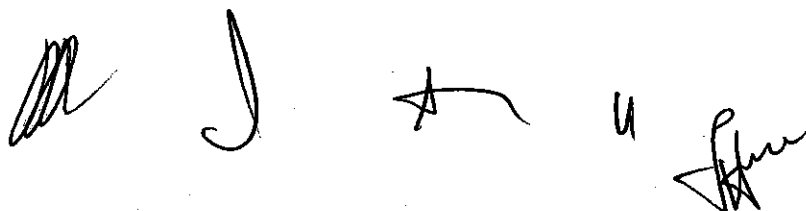
4.8.3.1 Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor de tais débitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

#### 4.8.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.8.4.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3 acima, o não comparecimento do titular das Debêntures para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento da Remuneração e/ou Data de Amortização.

#### 4.9 **Publicidade**

4.9.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos titulares das Debêntures, devem ser divulgados pela

 14



Entre o 1º e o 12º mês	0,8%
Entre o 13º e o 24º mês	0,6%
Entre o 25º e o 36º mês	0,4%
Entre o 37º e o 48º mês	0,2%
Entre o 49º e o 60º mês	-

5.2.1.2.1 Os valores relativos ao Prêmio de Resgate Antecipado serão devidos aos respectivos titulares das Debêntures, e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado.

### 5.3 Vencimento Antecipado

#### 5.3.1 Hipóteses de vencimento antecipado

5.3.1.1 Os titulares das Debêntures poderão, observado o disposto nesta Cláusula 5.3 desta Escritura, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração, e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Subscrição ou da data do último pagamento da Remuneração, aplicável até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- (i) não pagamento, pela Emissora, nas datas de vencimento respectivas, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, previstas nesta Escritura, não sanada no prazo de 2 (dois) dias úteis contados das respectivas datas de vencimento;
- (ii) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura, não sanadas no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação, por escrito, do referido descumprimento;
- (iii) não pagamento, na data de vencimento original, observado o prazo de cura aplicável, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, decorrentes de operações de captação de recursos realizadas no mercado financeiro ou de capitais, em valor, individual ou agregado, superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas (sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M), salvo se a Emissora comprovar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data do inadimplemento, que referido



inadimplemento (i) ocorreu indevidamente; (ii) foi sanado pela Emissora; ou (iii) teve seus efeitos suspensos por qualquer medida judicial ou arbitral;

- (iv) ocorrência de qualquer alteração na composição societária que venha a resultar na alienação do controle acionário a terceiros, sem prévia e expressa aprovação dos Debenturistas manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura, restando autorizadas as hipóteses de transferência de controle dentro do grupo econômico da Companhia de Concessões Rodoviárias. Para fins deste item, entende-se como controle o conceito decorrente do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações e como alienação o disposto no artigo 254-A, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) protestos legítimos de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, em valor individual ou agregado devido e não pago superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas (sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M), exceto se, (i) no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de intimação do protesto, a Emissora comprovar que referido protesto decorreu de erro ou má-fé de terceiros, ou foi sustado ou cancelado; ou (ii) a Emissora prestar garantias em juízo, as quais deverão ser aceitas pelo Poder Judiciário;
- (vi) liquidação, dissolução, insolvência ou extinção da Emissora;
- (vii) requerimento de autofalência, pedido de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial formulada pela Emissora, ou decretação de falência da Emissora;
- (viii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (ix) descumprimento pela Emissora de sentença arbitral definitiva ou de sentença judicial transitada em julgado, proferidas contra a Emissora, em valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas (sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M), contra a qual não seja obtido efeito suspensivo dentro do prazo regulamentar para tal obtenção;
- (x) término antecipado do Contrato de Concessão de Serviço Público Precedida de Obra Pública entre a União, por Intermédio do Departamento Nacional de Estradas de

Rodagem – DNER e da Concessionária da Rodovia, Presidente Dutra S.A., celebrado em 31 de outubro de 1995, conforme aditado;

- (xi) comprovação de inveracidade, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura, que afete substancialmente a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas às Debêntures;
- (xii) distribuição de dividendos, pela Emissora, em valor superior ao mínimo legal, caso

(a) a relação Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 4 (quatro) vezes, *onde:*

**Dívida** significa a somatória dos valores correspondentes a (i) empréstimos bancários de curto prazo; (ii) debêntures no curto prazo; (iii) empréstimos bancários de longo prazo; (v) debêntures no longo prazo e, ainda, (vi) empréstimos de longo prazo concedidos por empresas coligadas, acionistas ou administradores.

**Dívida Líquida** significa Dívida menos disponibilidades, caixa e títulos de valores mobiliários.

**EBITDA** significa, para qualquer período, o somatório do resultado operacional da Emissora (i) acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização; e (b) despesas financeiras; (ii) deduzidos de todos os valores atribuíveis à (sem duplicidade) receitas financeiras. O EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses.


**Dívida Líquida/EBITDA:** significa a divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA.

e/ou

- (b) o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("**ICSD**") seja inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) ("**ICSD Mínimo**"), *onde:*

**ICSD** significa, quando aplicado à Emissora, o índice obtido da divisão da Geração de Caixa pelo Serviço da Dívida

**Geração de Caixa** significa, quando aplicável à Emissora, para qualquer período, o Lucro do Exercício (i) acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização; (b) outras despesas não caixa;



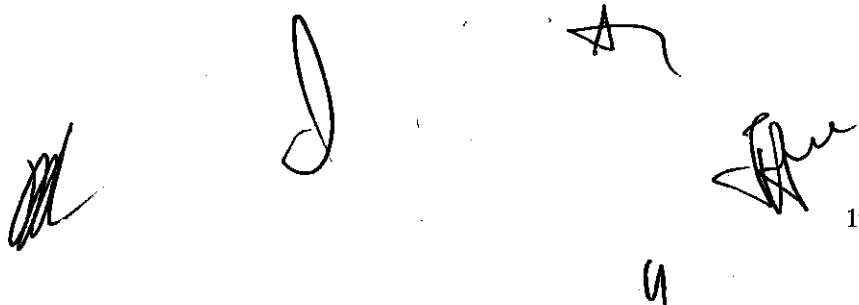
e (c) juros, fees e outros débitos relacionados à Dívida; (d) deduzidos de todos os valores atribuíveis à (sem duplicidade) outros créditos não caixa;

**Serviço da Dívida** significa todos os valores pagos de principal e juros relacionados à Dívida durante o período de 12 (doze) meses. No caso de tomada de dívida para substituir parte ou toda outra dívida existente, o Serviço da Dívida deverá ser líquido do efeito da liquidação da dívida existente. No caso de tomada de capital de giro e/ou empréstimo-ponte para o complemento do pagamento do Serviço da Dívida, com a liquidação do referido capital de giro e/ou empréstimo ponte dentro do mesmo período, o Serviço da Dívida a ser aqui considerado deverá ser líquido do efeito da liquidação do capital de giro e/ou empréstimo-ponte.

Tais restrições serão aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2011.

Para os fins desse item, o quociente Dívida Líquida/EBITDA e o ICSD serão verificados semestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras, auditadas ou submetidas a revisão especial de auditores independentes, conforme o caso, e publicadas nos prazos legais aplicáveis. Caso o cálculo seja realizado com base nas demonstrações financeiras revisadas do primeiro semestre, a Geração de Caixa e o Serviço da Dívida devem contemplar os valores ocorridos nestes primeiros 6 (seis) meses.

- (xiii) redução do capital social da Emissora, a montante inferior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures em circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, sendo certo que, para os fins do disposto no art. 174 e seu § 3º da Lei das Sociedades por Ações, os titulares das Debêntures, desde a subscrição das Debêntures, autorizam reduções de capital sem a necessidade de prévia autorização por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, desde que observado o montante mínimo de capital social de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), conforme previsto neste item (xiii);
- (xiv) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas; e



Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large stylized 'J' and several other scribbled marks.

- (xv) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas na Escritura, sem a prévia autorização dos Debenturistas.

5.3.1.2 Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos itens (i), (iii) (v), (vi), (vii) e (x) acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se houver, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, na data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas e exigir o pagamento do que for devido.

5.3.1.3 Na ocorrência de quaisquer outros Eventos de Inadimplemento não mencionados no item 5.3.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8.8 desta Escritura. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures em circulação.

5.3.2 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora, com cópia à CETIP, e (b) ao Banco Mandatário informando tal evento.

5.3.3 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 3 (três) dias úteis, a contar do protocolo da carta mencionada na Cláusula 5.3.2 acima na CETIP.

5.3.4 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.3.3 acima, além da Remuneração devida, serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.8.3 acima.

5.3.5 No caso de um dos Eventos de Inadimplemento mencionados nesta Cláusula 5.3.1 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.3.1.2 acima, no que diz respeito às Debêntures registradas no SND, para que a realização do pagamento de que trata a Cláusula 5.3.3 acima ocorra por meio da CETIP, esta deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

6.1 A Emissora adicionalmente obriga-se a:

 20

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações: (a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (b) dentro de 15 (quinze) dias após sua realização, notificação da convocação de qualquer assembleia geral de acionistas e, prontamente, fornecer cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas, bem como a data e ordem do dia da assembleia a se realizar; (c) cópia de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado, desde que os efeitos de referida decisão ou sentença possa afetar adversamente a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações previstas nos termos desta Escritura, em até 30 (trinta) dias corridos da publicação de tal decisão ou do trânsito em julgado da sentença judicial; (d) informações a respeito de qualquer dos Eventos de Inadimplemento indicados na Cláusula 5.3.1 acima imediatamente após a sua ocorrência; e (e) todos os dados financeiros, desde que estes dados sejam públicos, e atos societários necessários à conclusão do relatório citado na Cláusula 7.3, item (xiii) desta Escritura, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, devendo ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM;
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas: (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM; (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social; (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante,

conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente os Coordenadores; e (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;

- (iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) dia útil a contar da data do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009;
- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (vii) cumprir todas as determinações da CVM e ANBIMA, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos titulares das Debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (xi) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (xii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- (xiii) arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação

dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário e Banco Mandatário;

- (xiv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;]
- (xv) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;
- (xvi) contratar e manter contratados, às suas expensas, o Banco Mandatário e a Instituição Escrituradora, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (xvii) contratar agência classificadora de risco que seja a *Standard & Poors*, *Moody's* ou *Fitch* ou qualquer agência internacional de *rating* que as substitua caso estas venham a deixar de existir, para obtenção de "*rating*", e (i) manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios; e (iii) comunicar em até 3 (três) dias úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures.

## 7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora constitui e nomeia BANCO PAULISTA S.A. como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de titulares das Debêntures perante a Emissora.

7.1.1 O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");

- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento; e
- (x) que as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto.

7.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.2.1 Caso a convocação não ocorra em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.2 acima, caberá à Emissora a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas.





7.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos titulares das Debêntures, solicitando sua substituição.

7.2.4 É facultado aos titulares das Debêntures, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

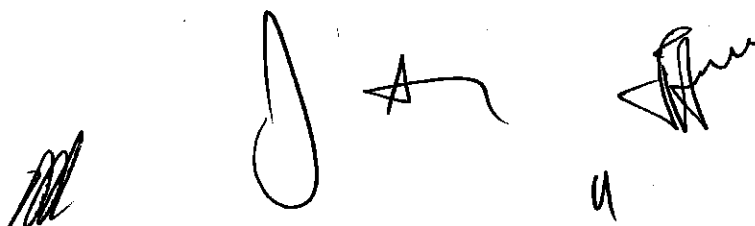
7.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;



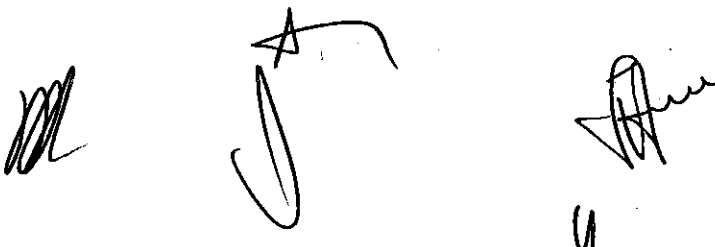
25



inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(b) alterações estatutárias ocorridas no período; (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora; (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado; (e) amortização do Valor Nominal e pagamento da Remuneração apurada no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração; (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

- (xiii) colocar o relatório de que trata o item (xii) acima à disposição dos titulares das Debêntures no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais: (a) na sede da Emissora; (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário; (c) na CVM; e (d) na sede dos Coordenadores, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- (xiv) enviar comunicado aos titulares das Debêntures de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiii) acima;
- (xv) manter atualizada a relação dos titulares das Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Escriutadora e à CETIP;
- (xvi) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xviii) notificar os titulares das Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e



- (xix) não ser obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões.

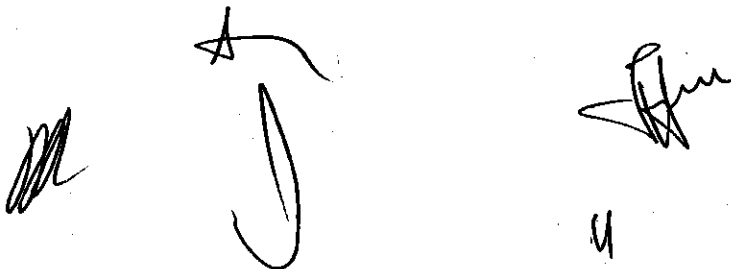
7.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração correspondente e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos titulares das Debêntures; e
- (iv) representar os titulares das Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.4, itens (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação unânime dos titulares das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação por maioria dos titulares das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.4, item (iv) acima.

7.6 Serão devidos ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, os quais deverão ser pagos em parcelas trimestrais de R\$9.000,00 (nove mil reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a liquidação da Emissão, e as demais parcelas a cada 3 (três) meses após o vencimento da primeira parcela, até o encerramento das obrigações do Agente Fiduciário, nos termos da presente Escritura e da legislação em vigor.

7.6.1 As remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.



7.6.2 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração prevista nesta Cláusula, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão, sem prejuízo da atualização monetária pelo IGP-M ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo.

7.6.3 Os impostos vigentes à época do pagamento que incidirem sobre a remuneração do Agente Fiduciário, tais como ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), excetuando o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), serão acrescidos a remuneração proposta, de forma que esta seja paga líquida de impostos.

7.6.4 As parcelas da remuneração referenciadas nas Cláusulas 7.6 e 7.6.1 acima serão atualizadas, pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão.

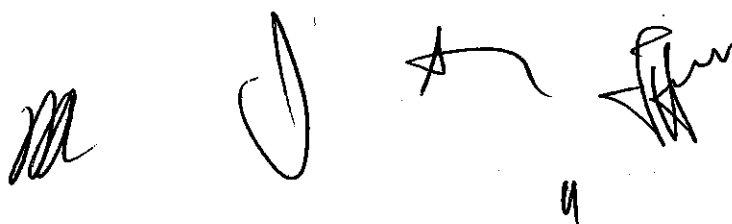
7.6.5 O Agente Fiduciário deverá enviar à Emissora aviso de cobrança da remuneração, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada pagamento, conforme o disposto na Cláusula 7.6 acima, ficando acordado que, caso a Emissora não receba referido aviso dentro do prazo estipulado acima, os pagamentos efetuados intempestivamente não estarão sujeitos a multas ou penalidades.

7.6.6 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

7.6.7 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados.

7.6.8 Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

7.6.9 A remuneração não inclui as despesas com publicações, notificações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a implantação e prestação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não

  
29

estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

7.7 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures ou para realizar seus créditos.

7.7.1 O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.7 acima será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.7.2 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares das Debêntures deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos titulares das Debêntures e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora.

7.7.3 Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares das Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos titulares das Debêntures.

7.7.4 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares das Debêntures, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos titulares das Debêntures para cobertura do risco da sucumbência.

7.7.5 As despesas a que se refere à Cláusula 7.6.9 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) obtenção de certidões;
- (iii) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas;

- (iv) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares das Debêntures; e
- (v) despesas com custas cartorárias e com correios necessários ao desempenho da função fiduciária que lhe é inerente.

7.7.6 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares das Debêntures que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

## 8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares das Debêntures ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

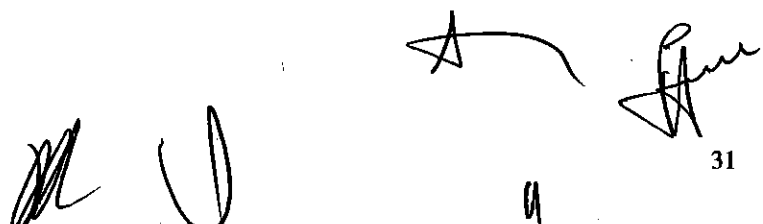
8.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) por titulares das Debêntures que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou (iv) pela CVM.

8.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de titulares das Debêntures que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de titulares das Debêntures.

8.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares das Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large stylized signature on the left, a circular mark in the center, and a signature on the right next to the page number.

8.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura, e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração das Debêntures, amortização e/ou resgate, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, bem como qualquer alteração aos termos da cláusula 5.3 desta Escritura dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo 2/3 das Debêntures em Circulação.

8.8.1 A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação dos titulares das Debêntures com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

## 9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

9.1 A Emissora declara e garante que:

- (i) é sociedade por ações de capital aberto devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é



exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações, nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto aprovação da Emissão pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, o arquivamento da Escritura na JUCESP e o registro das Debêntures na CETIP;

- (vii) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (viii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi estabelecida por livre vontade da Emissora;
- (ix) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;
- (x) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.7 desta Escritura; e
- (xi) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

## 10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

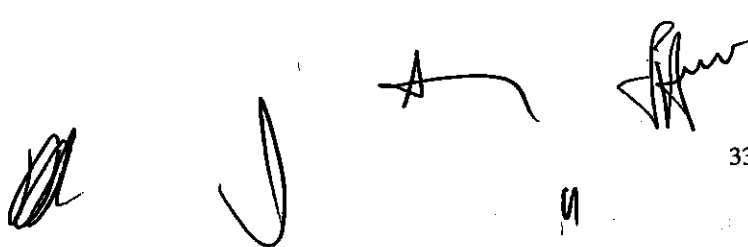
- (i) Para a Emissora:

**CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.**

Rodovia Presidente Dutra (BR-116/SP/RJ)

km 184,3/SP

Santa Isabel, SP



At.: Ascendino da Silva Mendes  
Telefone: (11) 2795 - 2400  
Fax: (11) 2795-2400  
e-mail: debentures.nqvadutra@grupoccr.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

**BANCO PAULISTA S.A.**  
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355, 2º andar  
CEP 01452-002 - São Paulo, SP  
At.: Vagner C. Silva  
Tel: (11) 3299-2314  
Fax: (11) 3299-2150  
e-mail: vagner@bancopaulista.com.br

(iii) Para o Banco Mandatário:

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**  
Avenida Engenheiro de Arruda Pereira, 707 - 7º andar  
CEP 04309-010 - São Paulo - SP  
At.: Claudia Vasconcellos  
Tel: (11) 5029 1910  
Fax: (11) 5029 1920  
e-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(iv) Para a Instituição Escriutadora

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**  
Avenida Engenheiro de Arruda Pereira, 707 - 7º andar  
CEP 04309-010 - São Paulo - SP  
At.: Claudia Vasconcellos  
Tel: (11) 5029 1910  
Fax: (11) 5029 1920  
e-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(v) Para a CETIP:

**CETIP S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS**  
Av. República do Chile, nº 230 - 11º andar



CEP 20031-170 - Rio de Janeiro, RJ

Tel: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 - 4º andar

CEP 01452-001 - São Paulo - SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel: (11) 3111-1596 / 2138-1400

Fax: (11) 3111-1564

e-mail: [gr.debentures@cetip.com.br](mailto:gr.debentures@cetip.com.br)

10.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.1.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Quando for o caso, os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.1.4 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Mandatário, ao Agente Fiduciário e à Instituição Escriutadora pela Emissora.

10.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente será "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

10.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos titulares das Debêntures em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



9 35

10.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

10.7 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

## 11. FORO

11.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

\*\*\*\*

São Paulo, 27 de outubro de 2010.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) próximas páginas)



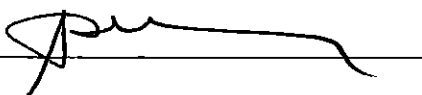
u

Página (1/3) de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de debêntures simples, Não Convertíveis em Ações, em Duas Séries, das Espécies Subordinada e com Garantia Flutuante, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

**CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.**

Por:

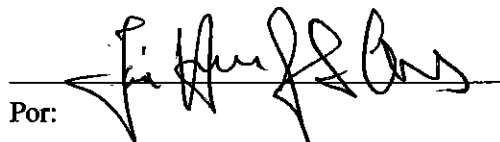
Cargo:



**Ascendino da Silva Mendes**  
Diretor Presidente

Por:

Cargo:



**José Herzen S. Alves**  
Diretor

4



Página (2/3) de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, das Espécies Subordinada e com Garantia Flutuante, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

**BANCO PAULISTA S.A.**

Por:

Cargo:

**Daniel Delli Lemos**  
Diretor

Por:

Cargo:

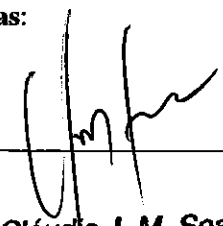
**Luiz Fonseca de S. Meirelles Filho**  
Diretor

Página (3/3) de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, das Espécies Subordinada e com Garantia Flutuante, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

**Testemunhas:**

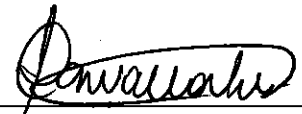
Por:

Cargo:

  
**Cláudio J. M. Soares**  
Gestor Adm. Financeiro

Por:

Cargo:

  
**Róbia Carvalho Neves**  
RG. 44.215.009-X SSP/SP  
CPF. 325.393.598-17

